

ANEXO 04

ESTRUTURA TARIFÁRIA

ANEXO IV

ESTRUTURA TARIFÁRIA

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 05/2016 – LOTE RODOVIAS DOS CALÇADOS

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO LOTE DENOMINADO RODOVIAS DOS CALÇADOS, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

1. APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO.

O modelo de cobrança prevê instalação de 4 (quatro) Praças de Pedágio na Rodovia SP 255, 1 (uma) Praça de Pedágio na SP 249 e 1 (uma) Praça de Pedágio na SP 318. Além disso, após o encerramento do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998 e com a assinatura do Termo Transferência do Sistema Remanescente, a CONCESSIONÁRIA passará a operar 5 (cinco) Praças de Pedágio já existentes localizadas nas Rodovias SP 255, SP 330 e SP 334.

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

O sistema operacional de arrecadação será composto de cabines para pagamento manual e automático com controle e contagem eletromecânico dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

3. SISTEMA FUTURO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado no ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo Poder Concedente que tenha impacto na forma de arrecadação das tarifas de pedágio.

3.1 *Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança*

O modelo de pedagiamento do Sistema Rodoviário prevê pedágios de passagem nos trechos e localizações especificados no Item 1 deste ANEXO.

O Usuário pagará uma Tarifa, conforme regramento deste ANEXO, correspondente aos trechos utilizados.

A cobrança será realizada nas Praças de Pedágio de passagem. A base para o cálculo das tarifas cobradas está discriminada nas Fórmulas 1, 2 e 3 deste anexo, que considera a aplicação da Tarifa Quilométrica da praça e o TCP de cada praça, além de Multiplicador relacionado à categoria dos veículos.

3.2 *Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio*

A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para dar início à operação das Praças de Pedágio quando:

- (i) *Tiver concluído o Programa Intensivo Inicial (PII), especificado no Anexo 05 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS – e no Anexo 06 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO;*
- (ii) *Tiver realizado e concluído os investimentos necessários para a implantação do sistema operacional de arrecadação;*
- (iii) *Estiver adimplente com o PODER CONCEDENTE e CONTRATANTE quanto ao cronograma de pagamentos devidos ao Estado em razão da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;*
- (iv) *Estiver comprovadamente em dia com as obrigações e exigências preparatórias para a execução dos investimentos previstos para o 2º ano de CONCESSÃO, tais como ter dado início a procedimentos para a obtenção das licenças necessárias, bem como para a apresentação e/ou aprovação tempestiva de projetos perante os órgãos da Administração Pública, inclusive perante a ARTESP, considerando os requisitos e a antecedência mínima necessária para a realização de cada ato;*

Para as PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas na Malha Rodoviária que figura como escopo do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, após assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO destas PRAÇAS DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do disposto no ANEXO XVIII, especialmente de item 8.

Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima.

Com a validação das obrigações cumpridas quanto as alíneas acima descritas, a ARTESP encaminhará os documentos ao Poder Concedente para sua homologação no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação das Praças de Pedágio.

O atraso na entrega dos investimentos constantes no PII implicará a postergação do início da operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO do SISTEMA EXISTENTE em período igual ao dobro do

atraso dos investimentos constantes no PII.

O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos Anexos do Edital, especialmente, mas sem se limitar, ao ANEXO 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

3.3 Alterações Futuras

Após a assinatura do CONTRATO de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de Praças de Pedágio, conforme prévia e expressa aprovação da ARTESP, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao Usuário e do cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no ANEXO 3 - INDICADORES DE DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS.

O PODER CONCEDENTE, observado o regramento do CONTRATO, poderá estabelecer a necessidade de realização, pela CONCESSIONÁRIA ou por quem o PODER CONCEDENTE indicar, de investimentos e implantação de equipamentos que permitam a cobrança das Tarifas por meios tecnologicamente atualizados, tais como, mas sem se limitar a, arrecadação baseada no conceito *free flow*, sempre observando o conforto dos USUÁRIOS e a prestação dos serviços adequados.

Sem prejuízo do disposto acima, e da necessidade de atendimento, pela Concessionária, das definições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE que eventualmente impactem os sistemas de arrecadação, sempre mantendo os critérios básicos do CONTRATO e, especialmente, do presente Anexo e observando a necessidade de atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor sistema operacional de arrecadação baseado no conceito de *Free Flow* (fluxo livre) e na cobrança de tarifas que reflitam a quilometragem percorrida pelos USUÁRIOS, sugerindo a implantação da tecnologia necessária para substituição (ou convivência com) de praças de pedágio, tais como pórticos ou sistemas que combinem o uso de radiofrequência e gravação de imagens para registrar a passagem dos veículos pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, sendo que sua efetiva implementação dependerá de anuência prévia pela ARTESP, que considerará em sua análise o regramento contratual e a observância do equilíbrio econômico-financeiro nos termos do CONTRATO.

A Concessionária poderá, também, propor um Plano de Tarifas Variáveis, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e com apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

O Plano de Tarifas Variáveis poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as tarifas de pedágio para diferentes categorias, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

O parâmetro de tarifa por eixo e por classificação de veículos (por veículo equivalente, prevista no contrato) será, em qualquer caso, o utilizado para fins de aferição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

4.1 *Modelo de Pedagiamento.*

O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá a cobrança das Tarifas nas Praças de Pedágio do Tipo Passagem nos trechos e localizações indicadas neste ANEXO, observado o quanto disposto, especialmente, no item 3 deste ANEXO.

4.2 *Tarifa Quilométrica de pedágio*

As tarifas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de março de 2016, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira e têm como valor de referência R\$ 13,74/100 km (treze reais e setenta e quatro centavos por cada cem quilômetros), bidirecional, pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, equivalente a uma tarifa de R\$ 9,81/100 km (nove reais e oitenta e um centavos por cada cem quilômetros) para pista simples.

A cobrança pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação aos valores praticados no Sistema Operacional de Cobrança Manual, considerando as regras de arredondamento previstas no item 5 deste ANEXO.

4.2.1. *Requalificação Tarifária*

A Requalificação Tarifária é o momento em que a CONCESSIONÁRIA, para fins de composição da TARIFA DE PEDÁGIO, passa a contabilizar a Tarifa Quilométrica bidirecional para pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, para o trecho em que foram concluídas as obras de duplicação.

A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança.

O atraso na entrega das obras de duplicação em relação ao cronograma do Plano de Investimentos implicará a postergação da Requalificação Tarifária em período igual ao dobro do atraso dos investimentos de duplicação, sendo certo que a referida postergação da Requalificação Tarifária estará limitada a 1 (um) ano.

4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio

O trecho de cobertura das praças de pedágio será dividido da seguinte forma:

Praça	TCP inicial referencial		TCP final referencial		Trecho			
	Pista simples	Pista dupla	Pista simples	Pista dupla	Rodovia	KMI	KMF	Peso
SP 255 - KM 45	29,240	56,880	1,740	84,380	SP 255	2,80	83,20	100%
					SP 345	10,50	39,10	20%
SP 255 - KM 117	64,100	2,000	0,000	66,100	SP 255	83,20	147,30	100%
					SPI 274/310	0,00	2,00	100%
SP 255 - KM 166	37,730	2,020	0,000	39,750	SP 255	155,77	193,50	100%
					SP 304	293,91	295,93	100%
SP 255 - KM 228	43,930	0,340	0,000	44,270	SP 255	193,50	237,77	100%
SP 255 - KM 305	48,365	0,000	13,745	34,620	SP 249*	155,59	158,4	100%
					SP 255	288,19	320,00	100%
					SP 281	43,36	70,85	50%
SP 249 - KM 145	48,365	0,000	13,745	34,620	SP 249**	144,15	155,59	100%
					SP 255	334,25	357,43	100%
					SP 281	43,36	70,85	50%
SP 318 - KM 255	30,900	13,700	0,000	44,600	SP 318	235,40	280,00	100%
SP 330 - KM 253	1,740	42,980	1,740	42,980	SP 330	240,50	279,50	100%
					SP 345	10,50	39,10	20%
SP 330 - KM 281	1,740	42,980	1,740	42,980	SP 330	279,50	318,50	100%
					SP 345	10,50	39,10	20%
SP 334 - KM 344	1,740	47,980	1,740	47,980	SP 334	318,00	362,00	100%
					SP 345	10,50	39,10	20%
SP 334 - KM 375	1,740	47,980	1,740	47,980	SP 334	362,00	406,00	100%
					SP 345	10,50	39,10	20%

* Trecho sobreposto à SP 255 do quilômetro 320+000 ao 322+810

** Trecho sobreposto à SP 255 do quilômetro 322+810 ao 334+250

Observações:

1. Os acessos não são considerados na composição dos Trechos de Cobertura de Pedágio (TCP).

2. Os pesos apontam qual a porcentagem de cada trecho sendo contabilizado para o TCP de cada praça de pedágio.
3. A localização exata das praças de pedágio será especificada no ANEXO 2 – SITUAÇÃO ATUAL, podendo, nas hipóteses especificadas neste ANEXO e no CONTRATO, ter sua localidade alterada conforme demandado pelo PODER CONCEDENTE ou sugerido pela CONCESSIONÁRIA, mediante prévia aprovação pela ARTESP, e com o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO calculado com base nos dados coletados dos sensores de tráfego instalados nos termos do subitem 6.2.1 do ANEXO 5 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS.

4.4 Tarifa Bidirecional

A tarifa a ser cobrada será bidirecional, para cada Praça de Pedágio do trecho conforme previsto no EDITAL e no CONTRATO DE CONCESSÃO.

4.5 Classificação dos Veículos

A Tarifa que será considerada para fins de atualização monetária do contrato e controle econômico-financeiro pela Agência Reguladora corresponderá à Tarifa Quilométrica, diferenciada em razão da cobrança automática e na sua proporção, multiplicada pelo Multiplicador da Tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5

6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

OBSERVAÇÕES:

- I. *Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.*
- II. *Sem prejuízo da Tarifa de pedágio calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional equivalente a 2 (duas) vezes a tarifa de pedágio de cada Praça de Pedágio, por tonelada acima de 57 (cinquenta e sete) toneladas do peso total do veículo, excluídos os veículos denominados “rodotrem” ou “treminhão”, enquadrados na Resolução 631-84 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou outra que a substitua, desde que atendam aos limites legais de carga por eixo.*

FÓRMULA 1:

A tarifa a ser cobrada de cada categoria nas praças de pedágio deverá considerar a Fórmula 1 a seguir:

$$TP_t = TQ_t \times TCP \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

TP_t é a tarifa de pedágio a ser cobrada de cada categoria no ano t

TQ_t é a tarifa quilométrica de pedágio descrita em 4.2 supra e atualizada conforme 4.6

TCP é o trecho de cobertura da praça de pedágio em 4.3 supra

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria em 4.5

4.6 Validade e Atualização Tarifária

4.6.1 Preservação das Tarifas e atualização monetária do Contrato

Os valores das tarifas de pedágio e o valor monetário do CONTRATO de CONCESSÃO deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas nesse ANEXO e no CONTRATO.

Os valores das Tarifas Quilométricas de Pedágio deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 2:

Para o primeiro ano contratual, a tarifa quilométrica será atualizada através da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ_{\text{mar}/2016} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{\text{mar}/2016}}$$

Onde,

TQ_0	é a tarifa quilométrica no primeiro ano contratual
$TQ_{\text{mar}/2016}$	é a tarifa quilométrica base em março de 2016, conforme 4.2
$IPCA_0$	é o número índice ¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do contrato
$IPCA_{\text{mar}/2016}$	é o número índice ¹ do IPCA referente à março de 2016

FÓRMULA 3:

A tarifa quilométrica será reajustada através da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei n 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ_{\text{mar}/2016} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{\text{mar}/2016}}$$

Onde,

¹ Dezembro de 93 = 100

TQ_t	é a tarifa quilométrica de pedágio no ano contratual t
$TQ_{\text{mar}/2016}$	é a tarifa quilométrica base em março de 2016, conforme 4.2
$IPCA_t$	é o número índice ² do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t
$IPCA_{\text{mar}/2016}$	é o número índice ¹ do IPCA referente à março de 2016

A Receita Tarifária Bruta utilizada na composição da Receita Bruta deverá considerar a Tarifa de Pedágio obtida por meio do cálculo exposto na Fórmula 1.

A Receita Tarifária Devida deverá considerar a Tarifa Devida Da Praça De Pedágio, que será calculada de acordo com as Fórmulas 4 e 5 deste ANEXO. No primeiro ano contratual, a Tarifa Devida Da Praça De Pedágio será igual à Tarifa de Pedágio.

4.6.2 Incidência de Coeficiente De Desempenho Dos Serviços Prestados (CSP) e Desconto por Atraso e Inexecução das Etapas Construtivas

A Receita Tarifária Devida à Concessionária levará em consideração:

- I - A incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3 - INDICADORES DE QUALIDADE E DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS;
- II - A incidência de um Desconto por Atraso e Inexecução das Etapas Construtivas, conforme previsto no ANEXO 3 - INDICADORES DE DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS;
- III - Revisões extraordinárias, de iniciativa do PODER CONCEDENTE ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderão ser pleiteadas desde que presentes os requisitos estabelecidos no CONTRATO.

A Concessionária, até a conclusão da implantação do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTO, fará jus à Receita Tarifária Devida, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 4.

Após a conclusão da implantação do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTO, a Concessionária

² Dezembro de 93 = 100

fará jus à Receita Tarifária Devida, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 5.

FÓRMULA 4:

$$TDP_t = TQ_t \times (0,90 + 0,03 IQD + 0,07 DA) \times TCP \times Multiplicador$$

Onde,

TDP_t é a tarifa devida da praça de pedágio reajustada para o ano t do contrato, com quatro casas decimais

TQ_t é a tarifa quilométrica das praças de pedágio reajustada para o ano t do contrato

IQD é o Índice De Qualidade e Desempenho (IQD), composto pelo Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados (CSP) previsto no Anexo 3 - INDICADORES DE DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

DA é o Desconto por Atraso e Inexecução das Etapas Construtivas previsto no ANEXO 3 - INDICADORES DE DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

TCP é o trecho de cobertura da praça de pedágio em 4.3

$Multiplicador$ é o valor estipulado para cada categoria em 4.5

FÓRMULA 5:

$$TDP_t = TQ_t \times (0,90 + 0,10 IQD) \times TCP \times Multiplicador$$

Onde,

TDP_t é a tarifa devida da praça de pedágio reajustada para o ano t do contrato, com quatro casas decimais

TQ_t é a tarifa quilométrica das praças de pedágio reajustada para o ano t do contrato

IQD é o Índice De Qualidade e Desempenho (IQD), composto pelo Coeficiente

de Desempenho dos Serviços Prestados (CSP) previsto no Anexo 3 - INDICADORES DE DESEMPENHO NOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESCONTOS POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS

TCP

é o trecho de cobertura da praça de pedágio em 4.3

Multiplicador

é o valor estipulado para cada categoria em 4.5

Os valores pagos pelos usuários a título de Tarifa de Pedágio, que compõem a Receita Tarifária Bruta, deverão ser depositados na Conta Centralizadora. O processamento dos recursos transitados pela Conta Centralizadora está regrado conforme a minuta que figura como apêndice deste ANEXO.

A perda de receita pela aplicação do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD) e Desconto por Atraso ou Inexecução das Etapas Construtivas (DA) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que a não consecução dos índices máximos referentes ao IQD e DA foi ocasionada pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE, conforme regramento do CONTRATO.

A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação dos valores referentes ao IQD e DA para o respectivo ano contratual.

4.6.3 Saldo Tarifário em Favor do Poder Concedente

O SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde:

SRPC_d é SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE calculado no dia *d*.

RTB é a Receita Tarifária Bruta conforme disposto em 4.6.1

RTD é a Receita Tarifária Devida conforme disposto em 4.6.1

SRPC_d deverá ser apurado diariamente e o valor resultante transferido, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento pela CONCESSIONÁRIA dos valores na CONTA CENTRALIZADORA, pelo Agente Financeiro para conta corrente de titularidade da ARTESP a ser criada e mantida durante a vigência do CONTRATO (CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO).

Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias serão apurados os valores finais de SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE final calculado para o mesmo ano:

- (i) Se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor excedente

- para conta corrente de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO deverão ser utilizados exclusivamente para a gestão do CONTRATO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO poderão ser utilizados, sempre na ocasião das REVISÕES ORDINÁRIAS, a critério da ARTESP, para os seguintes fins, em ordem de prioridade, sendo o item “i” o de maior prioridade:

- i. modicidade tarifária;
- ii. investimentos relacionados às demandas apresentados por meio do SISDEMANDA; e
- iii. recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO;

Após a extinção do CONTRATO, havendo saldo na referida conta, o valor nela depositado será transferido para o PODER CONCEDENTE.

4.6.4 *Aprovação das Tarifas*

Os cálculos dos valores atualizados da Tarifa Quilométrica de Pedágio e Tarifa Devida da Praça de Pedágio serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência e encaminhamento à aprovação do PODER CONCEDENTE.

4.6.5 *Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual*

Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

4.6.6 *Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos*

Isenções

Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- a) *de propriedade do Poder Concedente, da SLT e da ARTESP;*
- b) *de propriedade Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;*
- c) *de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;*

- d) *das forças militares, quando em instrução ou manobra; e*
- e) *de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.*

Privilégios Tarifários Específicos

Será vedado ao CONTRATANTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se no cumprimento de Lei, que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, ou se previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

Promoções e Descontos

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das Tarifas e das REVISÕES ORDINÁRIAS. Nessa hipótese, para apuração da Tarifa Devida e cálculo das Fórmulas 4 e 5 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

5. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

A tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);
- b. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Para a definição das TARIFAS do Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e Sistema de pagamento *Free Flow* (fluxo livre), deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida,

não efetuado nenhum arredondamento.

6. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

6.1. Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das Praças de Pedágio, cabendo-lhe:

- a) *Manter placas informativas com valores atualizados das Tarifas e das pistas de rolamento com cobrança automática, indicando as Operadoras do Serviços de Arrecadação – OSAs autorizadas a operar no Estado de São Paulo;*
- b) *Sinalizar as pistas;*
- c) *Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;*
- d) *Fiscalizar a arrecadação;*
- e) *Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;*
- f) *Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;*
- g) *Registrar as ocorrências principais e mais significativas;*
- h) *Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;*
- i) *Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;*
- j) *Prestar atendimento ao USUÁRIO;*
- k) *Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;*
- l) *Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas Praças de Pedágios, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:*

(i) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;

(ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;

(iii) Do registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio.

- m) Permitir a integração das informações com o Centro de Controle de Informações-CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no Edital e em seus Anexos.*

6.2. Normas Operacionais

A CONCESSIONÁRIA deverá, antes da assinatura do CONTRATO, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do usuário no momento do pagamento, acidentes e outros.